

OS PAPÉIS DAS PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO ATUAL DA REDE URBANA BRASILEIRA: UM ENSAIO SOBRE A REGIÃO DA AMUSEP¹.

Osmar Rigon

Possui Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá- PGE/ UEM, e professor da Rede Particular de Ensino do Paraná. E-mail: osmarrigon@hotmail.com

Thiago Cesar Frediani Sant'Ana

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá- PGE/UEM. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Cartografia Básica.

RESUMO: O presente trabalho pretendeu discutir a redefinição dos papéis das pequenas cidades no contexto atual da rede urbana brasileira. Para o estudo adotou-se como recorte geográfico os municípios que integram a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP. Considerando a inserção do país no processo de industrialização e modernização da agricultura, especialmente a partir da década de 1970, notou-se que pequenas cidades fundadas por companhias colonizadoras a exemplo da CNTP/CMNP a partir da década de 1930, planejadas inicialmente para desempenhar papéis de centralidade dando suporte à produção rural, tiveram modificadas suas funções centrais com a diminuição das demandas por serviços e produtos oriundos do rural, passando, portanto, por uma refuncionalização de seus papéis na rede urbana regional. Para a caracterização do processo de refuncionalização ocorrido na área de estudo, utilizar-se a como exemplos as cidades de Paiçandu e Mandaguaçu, por elas apresentarem características que se assemelham às demais que apresentam mesmos papéis.

Palavras-chave: Pequenas cidades; Rede urbana; AMUSEP; Refuncionalização

THE ROLES OF SMALL TOWNS IN THE CURRENT CONTEXT OF BRAZILIAN URBAN NET: AN ESSAY ABOUT THE REGION OF AMUSEP.

ABSTRACT: The present paper intended to discuss the redefinition of small cities' part in present context of Brazilian urban net. For this study was adopted as a geographical cutting the

¹ “Resultados deste artigo (numa versão resumida) já foram apresentados no V Simpósio Paranaense de Pós Graduação em Geografia - V SIMPGEO, realizado no período de 04 a 07 de agosto de 2010 em Curitiba-PR”.

municipalities that integrate the Associação dos municípios do setentrião paranaense – AMUSEP. Considering the insertion of the country in the industrialization process and the modernization of the agriculture, especially from the decade of 1970, was noticed that small cities established by colonizing companies in the example of CNTP/CMNP from the decade of 1930, initially planned to perform roles of centrality giving support to rural production, had their central functions modified with the decrease of the demands for services and products coming from rural, passing, so, by a refunctioning of their roles in regional urban net. For characterization of refunctioning process occurred in the study area, the cities of Paiçandu and Mandaguaçu are used as an example, because they present characteristics that resemble to other cities that have the same roles.

Key Words: Small cities; Urban net; AMUSEP; Refunctioning

INTRODUÇÃO

Embora existam dissonâncias quanto à classificação da rede urbana brasileira e ainda não se conseguiu chegar a um consenso acerca da categoria “pequena cidade”, é imperativo ressaltar sua importância no contexto urbano do Brasil, quer seja em relação às questões econômico-sociais ou demográficas, já que essas cidades abrigam parcela significativa da população do país.

O presente trabalho objetivou discutir a redefinição dos papéis das pequenas cidades no contexto atual da rede urbana brasileira considerando a realidade dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense-AMUSEP, cujas cidades surgiram com a finalidade de desempenhar papéis de centralidade e dar suporte à produção rural regional. Com as mudanças econômicas, sobretudo, a partir da década de 1970, essas localidades tiveram modificadas suas funções centrais com conseqüente diminuição das demandas por serviços e produtos oriundos do rural, passando por uma refuncionalização de seus papéis na rede urbana regional.

Na atualidade, dentre os papéis desenvolvidos pelas pequenas cidades da AMUSEP, destaca-se o de concentração de mão-de-obra, sendo que parte está ligada ao fornecimento dessa mão-de-obra para as atividades urbanas, principalmente industriais de cidades vizinhas, enquanto outras para trabalho do campo. No presente artigo as cidades de Paiçandu e Mandaguaçu foram utilizadas para exemplificar o processo de refuncionalização ocorrido na região já que,

respectivamente, elas apresentam características de fornecimento de mão-de-obra para cidades vizinhas e mão-de-obra para o campo, especialmente para o trabalho temporário.

1- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

As primeiras cidades formam-se por volta de 3.500 a.C. Entretanto, é na transição do feudalismo para o capitalismo, quando a burguesia como classe revolucionária se contrapõe à aristocracia contribuindo com a decadência do feudalismo é que surge a cidade como um espaço de possibilidade do trabalho livre, concentrando artesãos, pedreiros, alfaiates e comerciantes. Segundo Santos (1988):

As cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, o qual propiciou a formação de um excedente de produtos alimentares. Com a existência deste excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas (SANTOS, 1988, p. 19).

Neste contexto a cidade (burgo) passa a se diferenciar do campo constituindo-se então num elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas, transformando-se num lugar em permanente ebulição.

1.1- REDE URBANA

As discussões acerca das redes urbanas tornaram-se mais presentes no discurso geográfico a partir da segunda metade do século XX, quando ganhou notoriedade os estudos de Walter Christaller em sua “teoria dos lugares centrais”, desenvolvida em 1933 e utilizado desde então como base para diversos estudos sobre a rede urbana.

De acordo com a teoria Christalleriana: cidades, povoados e mesmo estabelecimentos comerciais isolados numa zona rural, que desempenhe papéis relacionados à distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população ali residente, denominam-se “localidades centrais”. Sua centralidade decorre de suas funções enquanto distribuidores de bens e serviços a um *hinterland* ao qual o centro urbano ocupa posição central e polarizadora da aglomeração urbana, constituindo assim, uma hierarquia de cidades em que, num nível mais elementar, situam-

se os núcleos produtores essencialmente de bens e serviços mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana, e, de outro lado, os centros urbanos maiores, geradores de produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa e complexa.

A rede urbana, em sua essência, caracteriza-se como um conjunto de centros urbanos que tem suas funções articuladas entre si. Para Fresca (2009, p. 42) “*a rede urbana deve ser entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados conforme Corrêa (1989, p.8), refletindo e condicionando as transformações econômico-sociais da sociedade*”. Sendo que sua origem e dinâmica são decorrências do processo histórico de natureza social, tornando-a uma dimensão sócio-espacial da sociedade que a produziu.

Corrêa (1997, p. 93) esclarece que a rede urbana, “*é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo sua existência e reprodução*”. Ainda segundo este autor para que uma rede urbana exista é necessário o cumprimento de três condições fundamentais: em primeiro lugar, ser uma sociedade que viva em economia de mercado, cujas transações envolvam tanto bens produzidos localmente, quanto externamente, caracterizando, portanto, uma mínima divisão territorial do trabalho; em segundo lugar, as transações, querem sejam permanentes ou temporárias, devem ocorrer em espaços fixos que apresentem condições mínimas para que as mesmas sejam realizadas; e em terceiro lugar, que haja interações entre esses espaços a fim de refletir ou ratificar uma diferenciação hierárquica de especialização produtiva entre eles.

1.2- A REDE URBANA BRASILEIRA

“*A rede urbana brasileira, pela sua amplitude e diversidade, constitui-se em rico laboratório para o estudo da dinâmica espacial da sociedade brasileira*” (CORRÊA, 1997, p. 95). No território brasileiro coexistem centros urbanos datados de períodos muito diversos.

Pode-se considerar que a urbanização brasileira teve início no século XVI, com a ocupação territorial durante o período colonial concentrados na fachada litorânea e associada à produção açucareira. Em 1549, surge Salvador como a primeira cidade e primeira capital

brasileira seguida pelo Rio de Janeiro (1565) e Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa (1585). Havia ainda 14 vilas, com destaque para São Vicente (1532) e São Paulo (1554). Porém, somente a partir do século XVIII e XIX é que esse processo se interiorizou, por meio, principalmente, do desenvolvimento da mineração, cafeicultura e da agropecuária.

No Brasil, o que se verificou inicialmente foi a constituição de grandes centros concentradores das principais funções e estruturas urbanas, expressado na forma de uma rede urbana polarizada por poucas cidades. Segundo Freitas et al (2007),

Historicamente, a urbanização brasileira, entendida como processo socioeconômico e político, ocorreu de forma desigual e concentrada, em relação a distribuição espacial das pessoas e dos equipamentos urbanos. Como reflexo desse processo, ocorreu no Brasil, desde o seu início, a formação de núcleos urbanos desigualmente distribuídos no território; [poucos] grandes centros concentradores das mais importantes funções urbanas, incipiente presença de núcleos intermediários e [muitas] pequenos núcleos com precária infraestrutura urbana. (FREITAS et al, 2007, p. 45)

A exemplo dos países subdesenvolvidos, a urbanização brasileira intensificou-se após a II Guerra Mundial, sobretudo, na segunda metade do século XX (Quadro 1), em um cenário marcado pela,

[...] internacionalização e multiplicação das trocas, preponderância da tecnologia e a concentração dela decorrente, solidariedade crescente entre os países (cooperação entre os países industriais, domínio sobre os países desenvolvidos), modificações da estrutura e força do consumo (SANTOS, 1989, p. 25)

Todavia, a rede urbana brasileira, até por volta de 1960, segundo Corrêa (1999), ficou caracterizada por uma pequena complexidade funcional e por padrões de interações predominantemente regionais.

Quadro 1: População urbana por regiões no Brasil entre 1940 e 2006.

BRASIL: POPULAÇÃO URBANA POR REGIÕES E GERAL EM % (1940-2006)								
Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2006*
Norte	27,7	31,5	37,8	45,1	51,5	57,8	69,8	75,6
Nordeste	23,5	26,4	34,2	42,0	50,5	60,6	69,4	71,5
Sudeste	39,4	47,5	57,3	72,8	82,5	88,0	90,5	92,1
Centro-Oeste	21,5	24,4	35,0	48,3	68,0	80,8	86,7	86,3

Sul	27,7	29,5	37,6	44,6	62,5	74,2	80,9	82,9
Brasil	31,2	36,2	45,1	56,0	67,5	76,5	81,2	83,7

Fonte: IBGE. Anuários estatísticos e Censo 2000 / PNAD - 2006*

Na década de 1970, ao estudar a rede urbana, Milton Santos passa a considerar as modificações nos sistemas de produção brasileira e das redes, por meio do que denominou circuitos superior e inferior da economia. Em sua interpretação uma rede urbana é o resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, “*cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam as diferentes formas de organização e de domínio do espaço pelas aglomerações*”. (SANTOS, 1989, p. 165)

Os dois circuitos da economia, na concepção do autor, interferem na estruturação da rede urbana. Tal interferência se materializa através de mecanismos básicos de estruturação da hierarquia urbana, com alcance espacial mínimo e máximo, em três níveis de centros urbanos: as pequenas cidades, a qual Milton Santos denomina como cidades locais que atuam por meio do circuito inferior; as cidades intermediárias que assumem um *status* de centralidade fornecida pela posição entre os dois circuitos, em que, ora um, ora o outro, tem maior relevância; e as metrópoles que atuam basicamente por meio do circuito superior.

1.3- AS PEQUENAS CIDADES

Estabelecer critérios capazes de satisfazer a conceituação da categoria pequenas cidades tem sido um dilema para a geografia. Para designar a categoria pequenas cidades (CORRÊA, 1999), também se utiliza das expressões pequenos centros ou pequenos núcleos, considerando nesse patamar aqueles com população inferior a 50.000 habitantes. Já Milton Santos ao falar sobre pequenas cidades, chama a atenção para o perigo de se adotar como referência de classificação a noção populacional, já que por esse critério se pode equivocadamente igualar cidades essencialmente diferentes. Para o autor (1979)

Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, do ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos

morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema (SANTOS, 1979, p. 69-70).

Para esse autor, o que comumente se categoriza como pequenas cidades, ele prefere denominar como cidade local e acrescenta que esta deve corresponder a “[...] *aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações*” (SANTOS, 1982, p. 71).

Fresca (2009) sugere ser necessário se considerar as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, seus papéis, áreas de influência, integrações internas e externas às redes, compreendê-la em seu contexto sócio-econômico para então classificá-la.

2- A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES.

Na primeira metade do século XX, a rede urbana brasileira possuía um limitado grau de diferenciação funcional dos seus centros. Corrêa (1997, p. 99) afirma que “*Diferenciavam-se entre si sobretudo no que se refere ao papel que desempenhavam como lugares centrais[...]*”, visto que as redes urbanas e conseqüentemente as cidades, desempenhavam, predominantemente, um papel de suporte à produção rural.

Neste contexto, tomemos como exemplo o recorte espacial da rede urbana no Noroeste Paranaense conforme adotado por Endlich (2006), mais especificamente a área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) que mais tarde seria denominada Companhia Melhoramentos norte do Paraná (CMNP).

No início da década de 1930, a CTNP adquiriu cerca de 520 mil alqueires de terras, na área que compreende hoje parte do Noroeste Paranaense, iniciando à época o plano de “colonização” da área, cujo principal enfoque econômico seria a produção cafeeira baseada em pequenas propriedades familiares com uso intensivo de mão-de-obra familiar.

Segundo Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977):

A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 e 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os

patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários (CMNP, 1977, p.76).

Para Corrêa (1997, p.94) a existência de uma rede urbana, está subordinada à ocorrência de três condições: mínima divisão territorial do trabalho; existência de pontos fixos no espaço onde as transações ocorrem; e uma interação e hierarquização destes pontos. Estas três condições foram oferecidas pelo planejamento adotado pela CTNP, estabelecendo assim uma peculiar rede urbana no Noroeste paranaense, onde os papéis das cidades foram previamente estabelecidos, de acordo com a realidade econômica da época em questão.

Segundo Endlich (2006, p.77), a CTNP diferenciou-se de outras colonizadoras, pois não planejou cidades isoladas, mas sim todo o conjunto de cidades e suas “[...] *articulações entre os diversos núcleos urbanos e estabelecimento rurais*”.

O desenvolvimento dessa estratégia, só se tornou viável devido ao incentivo, por parte do governo do Paraná à expansão da cafeicultura atraindo assim para a nova área um contingente de famílias que foram afetadas pelas restrições a esta cultura em outros estados.

Constituiu-se então uma rede urbana planejada para atender as necessidades da cafeicultura, trazendo consigo, de acordo com Endlich, (2007, p.45) “*uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, bancária, armazenagem [...]*”. As pequenas cidades desempenhavam um papel de suporte ao rural, onde a produção era concentrada e escoada para centros maiores e também onde a população predominantemente rural buscava suprir suas necessidades essenciais, conforme Companhia Melhoramento Norte do Paraná (1977, p.78):

Ele (pequeno proprietário) venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. [...] Ele (pequeno proprietário) gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesse e uma circulação local de dinheiro que constituiriam um salutar fator de progresso local e regional (CMNP, 1977, p.78).

Para Endlich (2007, p.56) na área colonizada pela CTNP, o estabelecimento das pequenas cidades possibilitou uma alta densidade demográfica no meio rural, oferecendo o suporte necessário tanto à produção quanto à população que habitavam as áreas rurais.

As pequenas cidades, inseridas no contexto da rede urbana dispunham de uma conectividade com as cidades médias, onde se encontravam serviços mais especializados, como representações governamentais.

Na década de 1970 atendendo aos novos interesses do capital, o Paraná e conseqüentemente o Noroeste paranaense, passaram por uma forte reestruturação do campo, decorrente da modernização da agricultura, que passa a substituir o café por culturas temporárias, principalmente pela soja. Segundo Trintin (2006, p. 77-78) essa modificação da estrutura produtiva da agricultura, teve como influência as políticas de crédito, o comportamento do preço da soja no mercado internacional e a crises no preço do café.

A pequena propriedade que se pautava na cafeicultura e no uso intenso da mão-de-obra, cede à pressão do capital, que em busca de áreas para a instalação de uma agricultura mecanizada de culturas temporárias demandam grandes extensões para sua viabilidade econômica.

Como resultado, há um esvaziamento do meio rural, gerando um fluxo migratório do campo para as cidades médias em busca de emprego e melhores condições de vida.

Assim, as pequenas cidades que serviam como apoio para as populações instaladas nas áreas rurais, tiveram modificadas suas funções centrais. Com a diminuição das demandas por serviços e produtos oriundas do rural essas cidades passaram ao longo das ultimas três décadas por uma refuncionalização de seus papéis na rede urbana.

Para Corrêa (1999, p.48), “*a refuncionalização, atinge em graus distintos, todos os centros da rede urbana*”, pois as mudanças ocorridas na base econômica, como no caso do Noroeste paranaense, impuseram uma reorganização do arranjo produtivo, produzindo efeitos diferentes nos diversos pontos da rede, em especial às pequenas cidades.

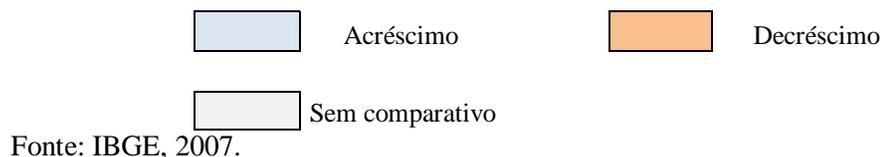
2.1- UM ENSAIO SOBRE AS PEQUENAS CIDADES DA AMUSEP.

A AMUSEP é constituída por 30 municípios localizados no Noroeste paranaense (Figura 1), e tem por objetivos atuar na promoção da integração dos municípios visando o desenvolvimento regional e ampliar, bem como fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos associados.

trinta anos, somente três municípios tiveram um aumento na população rural, sendo eles Ivatuba, Marialva e Sarandi. Ademais, somente Iguaraçu e Santo Inácio sofreram redução da população da cidade (Quadro 2).

Quadro 2. População dos Municípios da AMUSEP.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUSEP (1970 – 2000).									
Município	1970			1991			2000		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Ângulo	--	--	--	--	--	--	2150	690	2840
Astorga	10729	14289	25018	18534	3924	22458	20476	3161	23637
Atalaia	1421	5121	6542	2841	1288	4129	3327	688	4015
Colorado	5099	10989	16088	15616	3356	18972	18772	2185	20957
Doutor Camargo	2457	6766	9223	4379	1563	5942	4679	1098	5777
Floraí	3523	7499	11022	4240	1260	5500	4511	774	5285
Floresta	1285	7018	8303	3469	1058	4527	4386	736	5122
Flórida	845	2131	2976	1652	444	2096	2181	253	2434
Iguaraçu	1728	8127	9855	4029	1662	5691	2814	784	3598
Itaguajé	3269	5294	8563	3473	1581	5054	3586	1185	4771
Itambé	2863	12181	15044	4711	1458	6169	5378	578	5956
Ivatuba	1789	12132	13921	1779	729	2508	1926	870	2796
Lobato	1502	4676	6178	2827	935	3762	3366	698	4064
Mandaguaçu	4491	12171	16662	11122	3575	14697	14113	2715	16828
Mandaguari	11490	18920	30410	21250	6836	28086	28281	3114	31395
Marialva	9574	27922	37496	16177	6448	22625	22113	6589	28702
Maringá	99898	21476	121374	234079	6213	240292	283978	4675	288653
Munhoz de Melo	1360	6016	7376	1994	1634	3628	2527	874	3401
N. Sra. das Graças	1423	4865	6288	2222	1258	3480	2848	985	3833
Nova Esperança	13810	15569	29379	17941	6248	24189	21785	3944	25729
Ourizona	1645	6627	8272	2583	1167	3750	2720	676	3396
Paiçandu	3393	8700	12093	20997	1200	22197	29622	1142	30764
Paranacity	3023	8619	11642	5087	3441	8528	7326	1783	9109
Pres. Castelo Branco	705	5081	5786	2187	1446	3633	3247	1058	4305
Santa Fé	2992	8535	11527	6452	2256	8708	7264	1606	8870
Santa Inês	669	4193	4862	1012	1032	2044	1193	906	2099
Santo Inácio	2258	6095	8353	4035	1479	5514	3960	1228	5188
São Jorge do Ivaí	3220	14692	17912	4297	1790	6087	5252	652	5904
Sarandi	--	--	--	46208	1773	47981	69493	1929	71422
Uniflor	694	3475	4169	1540	1122	2662	1658	704	2362



Em 1970 tem início o processo de intensificação da urbanização em todo o estado do Paraná. Na área de abrangência dos municípios da AMUSEP, a média geral de urbanização era de 27,1%, com os extremos variando entre 12,18% (Presidente Castelo Branco) e 82,31% (Maringá). Considerando-se somente as pequenas cidades (com população abaixo de 50000 habitantes), a média de urbanização era de 25,05%, com o máximo em 47,1% (Nova Esperança). Nesse período havia predomínio da população rural, com a estrutura da rede urbana ainda em consonância com o planejamento feito pela CTNP. Em 1990, a média geral de urbanização teve um aumento de 269% em relação à 1970, passando para 73,1%, enquanto a média das pequenas cidades passou para 72,3%. E em 2000, a média geral passou para 81,94% e a média das pequenas cidades para 80,8% (Quadro 3).

Quadro 3. Evolução da taxa de urbanização das cidades da AMUSEP.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES DA AMUSEP (1970 – 2000).							
Município	Urbanização (%)			Município	Urbanização (%)		
	1970	1991	2000		1970	1991	2000
Ângulo	--	--	75,7	Marialva	25,53	71,5	77
Astorga	42,89	82,53	86,6	Maringá	82,31	97,41	98,4
Atalaia	21,72	68,81	82,9	Munhoz de Melo	18,44	54,96	74,3
Colorado	31,69	82,31	89,6	N. Sra. das Graças	22,63	63,85	74,3
Doutor Camargo	26,64	73,7	81	Nova Esperança	47,01	74,17	84,7
Florai	31,96	77,09	85,4	Ourizona	19,89	68,88	80,1
Floresta	15,48	76,63	85,6	Paiçandu	28,06	94,59	96,3
Flórida	28,39	78,82	89,6	Paranacity	25,97	59,65	80,4
Iguaraçu	17,53	70,8	78,2	Pres. Castelo Branco	12,18	60,2	75,4
Itaguajé	38,18	68,72	75,2	Santa Fé	25,96	74,09	81,9
Itambé	19,03	76,37	90,3	Santa Inês	13,76	49,51	56,8
Ivatuba	12,85	70,93	68,9	Santo Inácio	27,03	73,18	76,3
Lobato	24,31	75,15	82,8	São Jorge do Ivaí	17,98	70,59	89
Mandaguacu	26,95	75,68	83,9	Sarandi	--	96,3	97,3
Mandaguari	37,78	75,66	90,1	Uniflor	16,65	57,85	70,2

Fonte: IBGE, 2007

Verifica-se que a acentuação do processo de urbanização na área da AMUSEP teve início na década de 1970, pelos motivos explicitados anteriormente, seguindo o que ocorreu em todo o Noroeste paranaense ligado às transformações no campo e consequente redefinição dos papéis das pequenas cidades, na medida em que perderam a função de apoio para a produção e para a população rural. Os dados mostram ainda que esse processo ainda se manteve em curso até o ano 2000.

As transformações na estrutura populacional dos municípios, resultado das mudanças no campo, alteraram também a estrutura produtiva dos mesmos. A partir da década de 1970, o Paraná passa por um processo de industrialização que segundo Trintin (2006, p.88) “[...] resultou da política de modernização da agropecuária nacional, cabendo ao Sul do país papel relevante nesse processo”, e ainda que “[...] um movimento mais geral de integração nacional, com conseqüente desconcentração da produção industrial [...]”, porém neste primeiro momento, a industrialização no interior do Paraná ficou por conta das agroindústrias.

As pequenas cidades da AMUSEP passaram por uma reorganização de suas estruturas produtivas, com diminuição da participação da agropecuária na constituição do produto interno, aumento da participação da indústria e consolidação do setor de comércio e serviços.

Em 2006, somente Floraí, Mandaguaçu, Munhoz de Melo, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Inês, São Jorge do Ivaí e Uniflor possuíam a atividade agropecuária predominando sobre a atividade industrial, enquanto Atalaia, Doutor Camargo, Nova Esperança, Santa Fé e Santo Inácio apresentavam um relativo equilíbrio entre as atividades agropecuárias e industriais. Nos demais municípios as atividades industriais participam com maior montante na composição do Produto Interno Bruto municipal (Quadro 4).

Quadro 4. Produto Interno Bruto (PIB) municipal das pequenas cidades da AMUSEP (P/1000 reais).

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL DAS PEQUENAS CIDADES DA AMUSEP (P/1000 REAIS)							
Município	Agro-pecuária	Indústria	Com. e Serviços	Município	Agro-pecuária	Indústria	Com. e Serviços
Ângulo	6.397	1.424	13.519	Marialva	51.719	62.304	162.764
Astorga	24.709	52.939	127.190	Munhoz de Melo	8.828	1.592	10.667
Atalaia	5.998	4.527	22.277	N. Sra. das Graças	16.562	1.755	12.428
Colorado	36.982	114.861	126.135	Nova Esperança	32.163	32.550	140.621

Doutor Camargo	6.968	8.546	26.870	Ourizona	10.275	1.573	15.079
Floraí	14.706	4.038	32.707	Paiçandu	12.403	36.983	142.917
Floresta	8.393	4.285	29.807	Paranacity	25.485	32.750	45.395
Flórida	5.571	1.824	10.310	Pres. Castelo Branco	11.591	2.797	13.675
Iguaraçu	9.782	4.651	15.523	Santa Fé	11.737	13.399	42.940
Itaguaí	7.241	1.927	15.285	Santa Inês	4.621	885	7.184
Itambé	13.953	4.171	38.401	Santo Inácio	13.241	15.328	23.424
Ivatuba	5.877	1.647	16.352	São Jorge do Ivaí	20.527	3.346	52.257
Lobato	22.234	41.784	28.582	Uniflor	5.548	1.358	8.367
Mandaguaçu	26.373	13.750	83.288	AMUSEP	438.920	573.206	1.440.607
Mandaguari	19.036	106.212	176.643				

Fonte: IBGE, 2007

A partir dessas informações, pretende-se apresentar o resultado da refuncionalização das pequenas cidades pertencentes à AMUSEP e conseqüentemente seus papéis no contexto atual da rede urbana. Para tanto será considerado o apontado por Corrêa (1999), onde a refuncionalização nas pequenas cidades ocorreu através de duas possibilidades: a primeira diz respeito à pequena cidade como área de concentração de mão de obra – abrigando trabalhadores do campo e/ou de cidades vizinhas – e a segunda diz respeito à introdução de uma especialização produtiva – principalmente pela introdução de indústrias especializadas. Na área da AMUSEP, os principais papéis desenvolvidos pelas pequenas cidades, é o de concentração de mão de obra, sendo que parte está ligada ao fornecimento dessa mão de obra para cidades vizinhas enquanto outras para o campo. A caracterização será feita tomando-se como exemplo as cidades de Paiçandu e Mandaguaçu. Justifica-se a escolha destas cidades por elas apresentarem características que se assemelham às demais que apresentam mesmos papéis.

Segundo Negri (1999), Paiçandu constitui um exemplo de cidade com papel de concentração de mão de obra, sendo esta absorvida pelo mercado de trabalho de Maringá.

Em 1970, a população urbana era de 3.393 habitantes, enquanto a população rural era de 8.700 habitantes. Já no ano 2000, a população rural havia se reduzido a 1.142 habitantes, enquanto a população urbana apresentou um significativo aumento chegando a 29.622 habitantes. Neste intervalo, a urbanização passou de 28,06% para 96,3%. Para 2010, a população do município atingiu 35.941 habitantes (IBGE, 2010).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Paiçandu para o ano de 2006 apresentou a seguinte composição: atividades agropecuárias, R\$ 12.403.000,00; indústria, R\$ 36.983.000,00;

comércio e serviços, R\$ 142.917.000,00, totalizando R\$ 192.303.000,00 (IBGE, 2007). Observando os números acima acerca da composição do PIB e a Figura 5 a seguir, conclui-se que o comércio e serviços se configura como o mais importante setor econômico de Paiçandu.

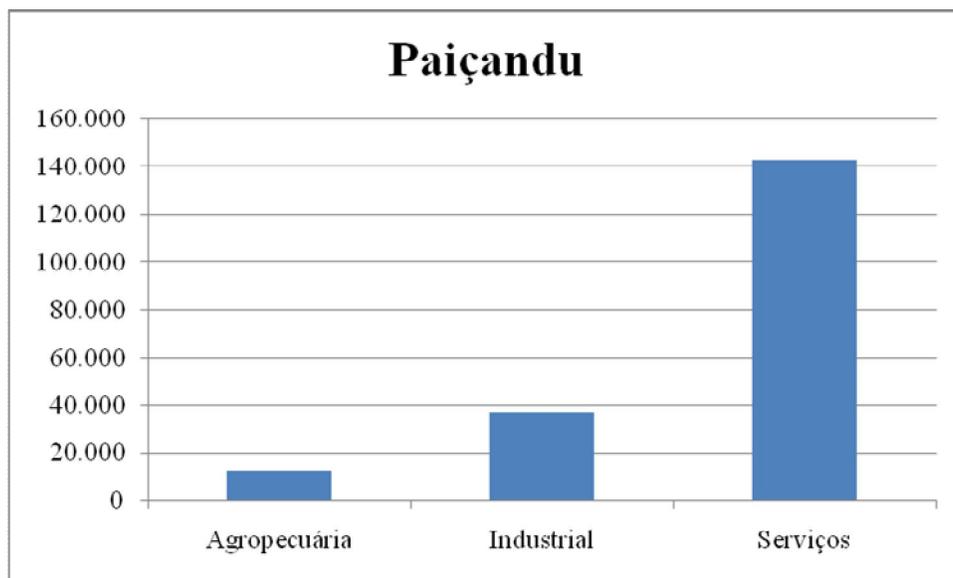


Figura 2. Composição do PIB de Paiçandu no ano de 2006.

Fonte: IBGE, 2007

Para Negri (1999), a afirmação de Paiçandu como fornecedora de mão-de-obra, deve-se, sobretudo à instalação estratégica de agroindústrias no limite municipal de Maringá com Paiçandu, na década 1980, o que favoreceu o deslocamento dos trabalhadores de Paiçandu para estas agroindústrias.

Para possibilitar o acesso do contingente de trabalhadores, foram estabelecidas linhas de transporte coletivo ligando as duas cidades, os trajetos foram estabelecidos de modo a possibilitar o fluxo, direto ou através de conexões, entre Paiçandu e as zonas industrial e comercial de Maringá, conforme segue na Figura 6:

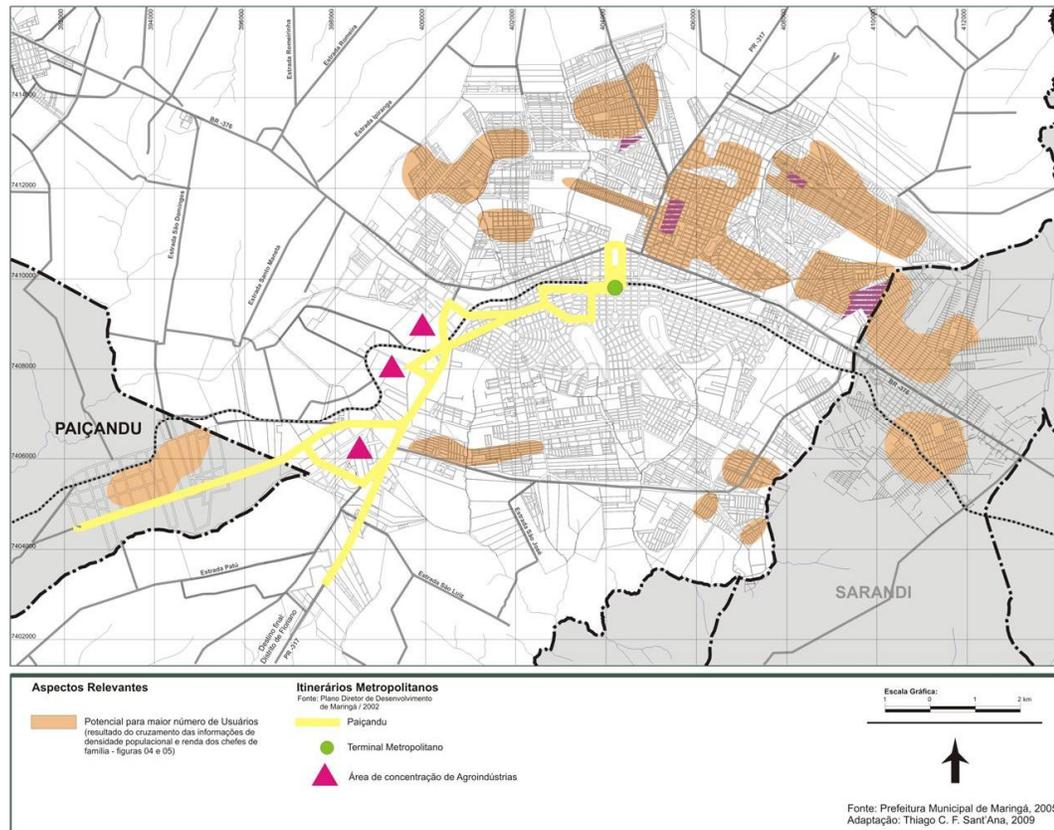


Figura 3. Trajeto do transporte coletivo entre Paçandu e Maringá.

Atualmente existem 4 linhas oferecidas pela empresa Transporte Coletivo Cidade Canção (TCCC), sendo as linhas nº 901 (com até 60 horários durante os dias úteis), nº 902 (com até 60 horários durante os dias úteis), nº 906 (com 18 horários durante os dias úteis) e a linha nº 905 que liga Maringá à Doutor Camargo com parada em Paçandu (com 6 horários durante os dias úteis).

Portanto, Paçandu, assim como outras pequenas cidades da AMUSEP, desempenha o papel de cidade de concentração de mão de obra, fornecendo esta à cidade de Maringá.

A cidade de Mandaguaçu possuía no ano de 1970, uma população total de 16.662 habitantes. A população urbana correspondia a 4.491 habitantes, ou 27%, enquanto a população rural era de 12.171 habitantes, representando 73% da população total do município. Segundo os Censos do IBGE de 1980 e 1991, a população do município sofreu redução, caindo para 14.016 habitantes e 14.687 habitantes, respectivamente. No decorrer da década de 1990 ocorreu uma

retomada do crescimento demográfico e o Censo de 2000 registrou uma população total de 16.828 habitantes. Neste período de três décadas a população que era eminentemente rural, tornou-se predominantemente urbana. Do total, 14.113 habitantes, o equivalente a 83,9% residia na área urbana e somente 2.715 habitantes ou 16,1%, na zona rural do município. Dados do IBGE apontam para 2010 uma continuidade no crescimento populacional de Mandaguaçu, apresentando um total de 19.784 habitantes.

Se Paiçandu representa o grupo de cidades que desempenham a função de cidades dormitórios e fornecedora de mão de obra para Maringá, Mandaguaçu por sua vez representa o conjunto de cidades cujo papel é o de concentração de mão de obra, fornecendo-as às atividades desenvolvidas no campo.

Acompanhando a dinâmica regional, a população rural de Mandaguaçu diminuiu significativamente. Desde 1970 até o Censo 2000, contabilizou-se uma redução de 9.456 pessoas. Entretanto, o setor primário ocupa posição relevante quanto a participação no PIB da cidade, estando apenas atrás do setor de serviços e bem a frente do industrial.

O município de Mandaguaçu apresentou no ano de 2006 um PIB de R\$ 123.411.000,00, distribuído da seguinte forma: atividades agropecuárias, R\$ 26.373.000,00; indústria, R\$ 13.750.000,00; comércio e serviços, R\$ 83.288.000,00 (IBGE, 2007).

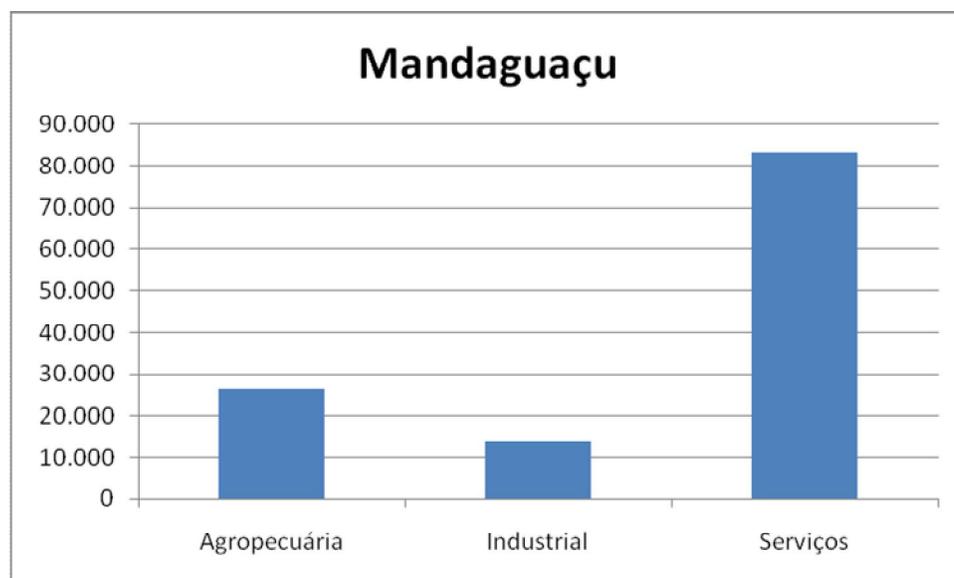


Figura 4. Composição do PIB de Mandaguaçu no ano de 2006.

Fonte: IBGE, 2007

Tal situação pode ser visualizada também quanto à distribuição da população economicamente ativa (PEA) por setor econômico. De acordo com Ipardes (2010), em relação à população ocupada segundo as atividades econômicas para o ano 2000, de um total de 6.962 pessoas empregadas, 4.209 estavam empregadas no setor de comércio e serviços, 1.557 se encontravam vinculadas ao setor primário do município, superando os empregados no setor industrial, que era de 1.196 pessoas, o que mostra a importância das atividades urbanas para a geração de empregos e circulação da renda, porém é notável que as atividades agropecuárias ainda geram um número maior de postos de trabalho que o setor industrial, sendo ainda relevante para a economia de Mandaguaçu.

Ainda é notável a integração de Mandaguaçu com Maringá, além da proximidade e do rápido acesso rodoviário, o sistema de transporte coletivo oferece uma grande grade de horários, sendo que nos dias úteis, o sentido Mandaguaçu-Maringá possui 35 horários e o sentido Maringá-Mandaguaçu possui 33 horários.

MANDAGUAÇU / MARINGÁ								
SEGUNDA A SÁBADO								
05:00	05:40	05:55	06:10	06:25	06:30 ⁽¹⁾	06:40 ⁽¹⁾	06:41 ⁽²⁾	06:55
07:00	07:10 ⁽¹⁾	07:15	07:20	07:40	08:10	08:15	09:10	10:05
11:05	11:50	12:55	13:30	14:30	15:00	15:35	16:20	17:10
18:05 ⁽¹⁾	18:35	19:30 ⁽¹⁾	19:40	20:20	21:15	22:10	23:15 ⁽¹⁾	

MARINGÁ / MANDAGUAÇU								
SEGUNDA A SÁBADO								
06:00	06:40	07:20	08:20	09:20	10:15 ⁽¹⁾	11:00	12:05 ⁽¹⁾	12:40
13:30	14:20	15:10	15:45	16:20	16:21 ⁽¹⁾	16:50	17:10 ⁽¹⁾	17:11
17:25 ⁽¹⁾	17:35 ⁽¹⁾	17:45	17:55 ⁽¹⁾⁽²⁾	18:05	18:15 ⁽¹⁾	18:20	18:30 ⁽¹⁾	18:50
18:55 ⁽¹⁾	19:30	20:20	21:10	22:25	23:00 ⁽¹⁾			

Figura 8. Horários da linha de transporte coletivo.

Fonte: Viação Garcia.

A integração através do transporte também favorece o deslocamento diário da mão-de-obra de Mandaguaçu para Maringá, além de promover o acesso aos serviços oferecidos em Maringá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades da região Noroeste do Paraná, especialmente as que compõem a AMUSEP, fundadas e colonizadas a partir da década de 1930, com o advento das companhias colonizadoras, em especial a CTNP/CMNP, adquiriram uma grande extensão de terras junto ao governo do Estado e puseram em prática um plano de colonização baseado na pequena propriedade cafeeira. O sucesso do empreendimento, decorrente, entre outros fatores, da implementação de um bem sucedido projeto colonizador dotado de boa infraestrutura viária e urbana, tiveram seus núcleos urbanos fundados à época e em período posterior, objetivando exercer funções de centralidade dando suporte ao meio rural quanto ao abastecimento de bens e serviços, na comercialização e beneficiamento da produção do campo. Tais cidades, em conectividade com as cidades médias atendiam aos interesses do capital nessa nova área de ocupação.

Todavia, com a modernização agrícola da década de 1970, o café substituído por culturas temporárias mecanizadas e a implantação da agroindústria, teve início o esvaziamento do campo e conseqüente aumento da população urbana.

As pequenas cidades da AMUSEP, na medida de sua inserção nesse novo cenário produtivo, passaram a perder suas funções de centralidade redefinindo seus papéis na tessitura urbana regional e que na maioria dos casos tornaram-se áreas de concentração de mão-de-obra a serem utilizadas como temporários no trabalho do campo ou então, suprir as necessidades dos centros urbanos centrais que se industrializaram, como neste caso é cidade de Maringá, fato observado com grande intensidade no município de Paiçandu que fornece grande massa de trabalhadores para os diversos setores da economia maringaense. Mandaguaçu também exemplifica esta nova funcionalização do papel das pequenas cidades, mantendo ainda uma considerável população ligada às atividades agrícolas e se integrando com Maringá, tanto para o acesso à serviços, quanto para fornecimento de mão-de-obra.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2.ed. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1977, 295p.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 304p.

_____. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades**. Território, Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun. 1999.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006, 507p. tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Formação socioespacial da região noroeste do Paraná e as pequenas cidades**. Boletim de Geografia. Maringá, n.1, ano 25, p.37-58, 2007.

FREITAS, M. de P.; MIRANDA, M.; MARQUEZ, L. N.; MELO, N. A.; SOARES, B. R. **Pequenas cidades do cerrado mineiro: reflexões sobre suas diversidades e particularidades socioespaciais**. In: SOARES, B. R.; OLIVEIRA, H. C. M. de; MARRA, T. B. (Org.) *Ensaio geográficos*. Uberlândia: UFU/PET – Geografia, 2005. p. 45-71.

FRESCA, T.M. **Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná**. In: ENDLICH, A.M.; ROCHA, M.M. (Org.). *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá : PGE, 2009. 147p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br

IPARDES: Cadernos estatísticos município de Mandaguaçu, 2010. In: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87160&btOk=ok>. Acessado em 20.05.2010

IPARDES: Cadernos estatísticos município de Paiçandu, 2010. In: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87140&btOk=ok>. Acessado em 20.05.2010

NEGRI, S. M. **A expansão da periferia na região metropolitana de Maringá-PR: a cidade de Paiçandu**. In: MENDES, C. M.; SCHMIDT, L. P. *A dinâmica do espaço urbano-regional: pesquisas no norte-central paranaense*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2006, p.37-50.

SANTOS, M. **As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina**. In: SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis : Vozes, 1979. p.69-75.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **Manual de geografia urbana.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 214 p.

TRINTIN, J. C. **A nova economia paranaense : 1970-2000.** Maringá: Eduem, 2006, 190p.